



Alexandra

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

“CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALHAIS,  
SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL”-  
-PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16”

**Proposta**

Alínea a, n.º 7.1 (convite)



**CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL**

**“CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE  
ALHAIS, SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL -  
PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16”**

Alínea a, n.º 7.1 (convite) - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos,  
elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite;



Alexandra

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

“CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALHAIS, SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL”-  
-PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16”

**Proposta**

Alínea a, n.º 7.1 (convite)

## **ANEXO I - DECLARAÇÃO**

1. Alexandra Isabel Alves Ribeiro Albuquerque, titular do cartão de cidadão n.º 13228040 0ZY0, residente na Rua Viriato, Bloco B1, número 7, 1º direito, freguesia de Mangualde, concelho de Viseu, na qualidade de representante legal da empresa **Hidrovia – Projectos de Engenharia Civil, S.A.**, com o número de identificação fiscal nº 501606955 e sede em Rua M. Emília R. S. Carvalho, 10, R/C, Ed. Nico, Lj. 2, em Leiria, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALHAIS, SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL - PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que se juntam em anexo:
  - a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
  - b) Proposta de preço, em conformidade com o Anexo II ao presente convite;
  - e,
  - c) Memória descritiva do modo de execução da prestação, incluindo a constituição da equipa de projeto, com a identificação do coordenador de projeto, do coordenador de segurança para a fase de projeto e dos projetistas de cada uma das especialidades.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
  - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;



Alexandra

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

“CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALHAIS,  
SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL”-  
-PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16”

**Proposta**

Alínea a, n.º 7.1 (convite)

- b) Não foi condenada, nem os titulares do seu órgão social de administração, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objeto, nem os titulares do seu órgão social de administração, de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código de Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenada, nem os titulares do seu órgão social de administração, por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;





## MUNICÍPIO DE POMBAL

"CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ALHAIS, SILVEIRINHAS, VIEIRINHOS E CLARAS – ALTERAÇÃO DE PROJETO INICIAL"-  
-PROCESSO N.º 065/AJD/SA/16"

**Proposta**

*Alínea a, nº 7.1 (convite)*

- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Leiria, 25 de outubro de 2016

O Concorrente,

**HIDROVIA**

**Alexandra Isabel Alves Ribeiro Albuquerque**

*Alexandra Isabel Alves Ribeiro Albuquerque*